

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO AMAPÁ - CEP/AP - ANO DE 2023 - BIÊNIO DE 2023-2025.

Aos **onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte três**, sob a forma híbrida (Presencial e videoconferência através da ferramenta google.meet), às quinze horas e vinte e um minutos, iniciou a **Décima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá**, presidida pelo senhor JOCILDO SILVA LEMOS, que saudou os Conselheiros e demais presentes. Ele também informou que a reunião do Conselho é transmitida ao vivo pelo Canal da Amapá Previdência, através da plataforma YouTube. Essa iniciativa de transmissão ao vivo possibilita que outras pessoas possam acompanhar a reunião em tempo real, mesmo que não estejam presentes fisicamente no local da reunião. A reunião foi gravada em vídeo e áudio pela DINFO/AMPREV. Em seguida, passou a palavra a secretária Lusiane Oliveira Flexa que apresentou o **ITEM - 1 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**: Número quinze de dois mil e vinte três, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, Diretorias, Gerência Administrativa, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria, Controladoria e Auditoria Interna da AMPREV, para fazerem-se presentes nesta na Reunião. **ITEM - 2 - VERIFICAÇÃO DE QUORUM**: Plenário do Conselho Estadual de Previdência Conselheiro Fernando Cezar Pereira da Silva: Vice-Presidente, Conselheira Luciane Rodrigues Vieira Oliveira, presente. Titular: Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem, presente. Titular: Rayfran Macedo Barroso, presente. Titular: Paulo de Santana Vaz, presente. Titular: Natanael da Silva Miranda, presente. Titular: André Luiz de Souza, presente. Videoconferência: Titular: Jesus de Nazaré Almeida Vidal, presente. Titular: Thiago Lima Albuquerque, presente. Suplente: Max Herbert Pelaes de Avis, presente. Titular: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro, presente. Titular: Jackson Rubens de Oliveira, presente. Titular: Álvaro de Oliveira Corrêa Júnior, presente. Titular: Gláucio Maciel Bezerra, presente. Titular: Rilton César Rocha Montoril, presente. Titular: Michele Teixeira Cavalcante, presente. **ITEM - 3 - JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA**: O Conselheiro Titular Carlos Augusto Tork de Oliveira enviou uma justificativa formal de sua ausência à Secretaria do Conselho Estadual de Previdência (CEP) e sua falta na reunião de hoje foi devidamente abonada. **ITEM - 4 - APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA, EXERCÍCIO DE 2024**: O Presidente Jocildo Lemos comunicou que a proposta inicial do Orçamento do Amapá Previdência para o exercício de 2024 foi enviada oportunamente a todos os membros do CEP. Em seguida, concedo a palavra ao Assessor de Planejamento da Presidência da AMPREV, **José Milton Afonso Gonçalves**, para apresentar a Proposta do Orçamento do Amapá Previdência para o exercício de 2024. O senhor Milton Gonçalves cumprimentou a todos os presentes e esclareceu que fará um resumo da proposta, considerando que o

material completo já foi fornecido antecipadamente aos membros do CEP pela Secretaria do Conselho. Ele destacou que a fundamentação legal do Orçamento do Amapá Previdência para o exercício de 2024 baseia-se na Lei Estadual nº 0915/2005 e suas alterações, assim como na Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022. “Quanto ao valor apresentado referente à Receita, ficou em torno de R\$ 1.848.847.286,00, dividido entre o Plano Financeiro (R\$ 1.035.951.208,00) e o Plano Previdenciário (R\$ 821.896.077,00). Esta composição abrange os ingressos financeiros que, teoricamente, têm como único objetivo incontestável o cumprimento das despesas da Unidade Gestora - Amapá Previdência, conforme previsto na legislação vigente. No que diz respeito às Despesas, o montante é de R\$ 1.848.847.286,00, considerando como base o exercício de 2023, que foi de R\$ 2.542.980.455,13. O limite máximo permitido seria de R\$ 50.859.609,10. Para o exercício de 2024, a previsão de execução das despesas administrativas da AMPREV está estimada em R\$ 38.000.000,00, correspondendo a 1,50%. As Despesas para o exercício de 2024 estão distribuídas da seguinte forma: AMPREV Administrativo: Custeio R\$ 19.360.000,00; Investimentos R\$ 2.640.000,00; Pessoal R\$ 16.000.000,00. Plano Financeiro: Cível R\$ 550.050.000,00; Militar R\$ 184.650.000,00. Plano Previdenciário: Cível R\$ 31.515.000,00; Militar R\$ 8.200.000,00. Os totais ficam assim: AMPREV Administrativo R\$ 38.000.000,00; Plano Financeiro R\$ 734.700.000,00; Plano Previdenciário R\$ 39.715.000,00. Sobre as Despesas Administrativas, a evolução nos últimos anos foi a seguinte: 2018 R\$ 22.449.144,00; 2019 R\$ 30.975.116,00; 2020 R\$ 34.136.178,00; 2021 R\$ 38.286.106,00; 2022 R\$ 39.470.000,00; 2023 R\$ 34.340.000,00 e 2024 R\$ 38.000.000,00. Os valores orçados e executados nos últimos seis anos (2018 a 2023) foram: Ano de 2018: Orçado R\$ 22.449.144,00, Executado R\$ 15.132.934,68. Ano de 2019: Orçado R\$ 30.975.116,00, Executado R\$ 15.864.660,69. Ano de 2020: Orçado R\$ 34.136.178,00, Executado R\$ 17.312.832,74. Ano de 2021: Orçado R\$ 38.286.106,00, Executado R\$ 19.722.630,97. Ano de 2022: Orçado R\$ 39.470.000,00, Executado R\$ 16.715.283,49. Após a apresentação, o Assessor de Planejamento da Presidência, José Milton Afonso, assegurou que a proposta está em conformidade com a legislação vigente e se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas dos Conselheiros. **Registros:** O Conselheiro **Max Avis** indagou ao Presidente Jocildo Lemos sobre a inclusão, na proposta de Orçamento para o exercício de 2024, da previsão para a realização de um concurso público da AMPREV. O Presidente **Jocildo Lemos** esclareceu que, na proposta, não há previsão para o concurso público da AMPREV, destacando que diversos passos ainda precisam ser seguidos. Ele enfatizou a necessidade da efetiva mudança da personalidade jurídica da AMPREV e mencionou que, uma vez obtida a autorização, o concurso público será realizado. O presidente informou que há recursos alocados para pagamento de pessoal, e caso todas as etapas legais sejam cumpridas, esses recursos serão utilizados para cobrir as despesas com

pessoal relacionadas ao concurso público. Ele enfatizou que, após a adequação da natureza jurídica, a questão do concurso público será abordada, e haverá recursos disponíveis para suportar as despesas de pessoal para o ano de 2024, seja na contratação como celetista ou estatutário, e independente da natureza jurídica ser Autarquia ou Secretaria de Previdência. Conselheiro **Gláucio Bezerra**, “Eu lembro que no orçamento do ano passado havia uma previsão orçamentária de mais ou menos dez milhões de reais para aquisição de um imóvel, essa previsão se manteve na proposta de orçamento de 2024 ou foi retirada?” O Presidente **Jocildo Lemos** destacou: "Um dos primeiros atos de nossa gestão na Amapá Previdência foi cancelar e arquivar aquela compra. No entanto, passo a palavra ao nosso Assessor para fornecer os esclarecimentos necessários." O Assessor de Planejamento, **José Milton**, declarou: "Conselheiro, como mencionado pelo Presidente e considerando que a compra não foi efetuada, para a proposta referente ao ano de 2024, essa possibilidade de aquisição não está contemplada." Conselheiro **Gláucio Bezerra**, “Então mesmo sem a inclusão desses dez milhões de reais para a compra de um eventual imóvel, o orçamento ainda sim cresceu 10% em relação ao ano de 2023, então é isso?” O Assessor de Planejamento, **José Milton**, esclareceu: "Conselheiro, a proposta de aquisição de imóvel não estava prevista no orçamento do ano de 2023, mas sim no ano de 2022." Conselheiro **Gláucio Bezerra**, “Ah perfeito, entendi”. O Conselheiro **Paulo Vaz** indagou se a proposta apresentada inclui a previsão de expansão da estrutura do Comitê de Investimentos, envolvendo a contratação de assessorias técnicas especializadas em investimentos e o acréscimo de membros para compor o CIAP. O Presidente **Jocildo Lemos** explicou que, no caso específico, ao apresentar a demonstração da execução orçamentária, há recursos definidos para o Comitê de Investimentos, Conselho Estadual de Previdência, Conselho Fiscal e todos os órgãos que compõem a AMPREV. Os recursos estão orçados para 2024, e, se necessário, poderá haver suplementação para atender às demandas. O foco para 2024 é a recuperação e revitalização do prédio na rua Professor Tostes, esquina com a avenida Antônio Coelho de Carvalho, onde será implantada a sede da Amapá Previdência, visando melhor atendimento aos Conselheiros, colaboradores e, principalmente, aos segurados, aposentados e pensionistas. Em relação ao pessoal, estão buscando regulamentação para aprimorar a composição do Comitê de Investimentos. Esse aspecto ainda está em estudo pela Diretoria Executiva da AMPREV, que busca informações sobre a formação específica do Comitê de Investimentos em outros Institutos de Previdência. Reconhecendo a necessidade de um aparato adequado, considerando os cinco membros no Comitê de Investimentos, o Presidente mencionou que estão em busca da mudança da natureza jurídica da AMPREV para criar uma coordenadoria de investimentos. Atualmente, a AMPREV conta com uma Divisão de Investimentos e Mercado, composta por três pessoas, que acompanham o mercado e fornecem resultados diários ao Comitê. Além disso,

o CIAP tem uma Secretária, além do Coordenador. O Presidente assegurou que há recursos destinados especificamente para o CIAP, mas, se necessário, poderá haver suplementação. O Assessor de Planejamento, **José Milton**, dirigiu-se ao Conselheiro Paulo para informar que, atualmente, o orçamento inclui uma ação específica para educação previdenciária. Ele ressaltou que essa alocação de recursos não se limita apenas ao Comitê, mas abrange todos os Colegiados da AMPREV. De maneira objetiva, os recursos são direcionados para iniciativas de educação previdenciária. Além disso, em relação à estrutura física e tecnológica, em colaboração com a Divisão de Informática, há previsão para a aquisição de equipamentos. Essa medida visa expandir, por exemplo, as oportunidades de conhecimento e participação em eventos para todos os Colegiados. O Conselheiro **Álvaro Júnior** indagou se, no âmbito da proposta orçamentária, está contemplada apenas uma adequação da estrutura física ou se trata de uma ampliação para aprimorar o prédio localizado na rua Professor Tostes. Ele mencionou que alguns anos atrás, os Conselheiros realizaram vistorias no imóvel e, naquela época, entenderam que a estrutura existente não seria suficiente para centralizar todos os serviços da AMPREV em um único prédio. O Conselheiro questionou qual é o pensamento da Presidência em relação a essa questão. O Presidente **Jocildo Lemos** respondeu ao Conselheiro, destacando que já foram feitas várias intervenções e comunicados no CEP sobre as ações em andamento. A Assessoria de Engenharia da AMPREV, a pedido da Presidência, realizou um levantamento completo do espaço para elaborar o layout da nova estrutura da AMPREV. Segundo o engenheiro da AMPREV, a nova estrutura abrangerá todos os setores administrativos e de benefícios de maneira satisfatória. O Presidente enfatizou que serão feitas adaptações para garantir um atendimento eficaz, proporcionando melhores condições de acessibilidade e trabalho para os colaboradores da AMPREV. Além disso, isso contribuirá para oferecer atendimentos humanizados aos que procuram os serviços da AMPREV. Ele antecipou que o corpo técnico da AMPREV está trabalhando na instrução do processo de contratação, que será realizado por meio da modalidade de licitação mais adequada para esse tipo de serviço. Conselheiro **Gláucio Bezerra** “Voltando a reestruturação do Comitê de Investimentos que o senhor Presidente explicou, eu gostaria de solicitar que o Comitê seja ouvido, pelo que eu entendi os estudos para essa reestruturação já começaram, então eu gostaria de solicitar que o Comitê seja ouvido no momento oportuno e que pudesse colaborar eventualmente com a reestruturação dessas atividades”. O Presidente **Jocildo Lemos** tranquilizou o Conselheiro Gláucio, afirmando que, naturalmente, à medida que a gestão da AMPREV desenvolva uma abordagem e estratégia de atuação, os atores principais, que são os membros do Comitê de Investimentos, serão convocados. Ele enfatizou que estão trabalhando na formatação do processo e na proposta de como será conduzido. Após essa fase, garantirá a participação dos interessados, assegurando total transparência e

disponibilizando todo o material para aqueles que lidam diariamente com essas atividades, não apenas no Comitê de Investimentos, mas também nos outros órgãos colegiados da AMPREV. O Presidente tranquilizou, assegurando que esse procedimento será realizado de forma adequada com a devida transparência e participação de todos os interessados. Após discussão e esclarecimentos da matéria, procedeu-se à votação. **DECISÃO: O Plenário do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, após apresentação e discussão da matéria, a unanimidade, resolve: Aprovar o Orçamento da Amapá Previdência, com vigência para o exercício de 2024, com a composição seguinte. Da Receita: a) Receita - Plano Financeiro - R\$ 1.035.951.209,00 b) Receita - Plano Previdenciário - R\$ 812.896.078,00. Da Despesa: a) Despesas - Administrativo - R\$ 38.000.000,00 b) Despesas - RPPS/RPPM - Financeiro - R\$ 1.019.202.755,00 c) Despesas - RPPS/RPPM - Previdenciário - R\$ 791.644.531,00. ITEM - 5 - APRESENTAÇÃO - AVALIAÇÃO ATUARIAL DO ANO DE 2023, ANO BASE 2022:** O Presidente Jocildo Lemos concedeu a palavra ao Atuário da empresa INOVE, o senhor **Thiago Silveira**, responsável pela elaboração da Avaliação Atuarial da AMPREV para o exercício de 2023. O senhor Thiago cumpriu todos os presentes e esclareceu que sua apresentação se concentrará nos principais pontos estratégicos na Avaliação Atuarial da AMPREV. Além disso, enfatizou que o princípio mais crucial de um Regime Próprio de Previdência Social é o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme estipulado na Emenda Constitucional nº 103/2019 (art. 40): “O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargas efetivas terá caráter contributivo e solidário, por meio da contribuição de retorno ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, de prêmios que preservem o equilíbrio financeiro e atuante.” Além disso, saliente-se que os pilares do Cálculo Atuarial são os bancos de dados contendo as informações cadastrais, os quais são trabalhados nas projeções e hipóteses do estudo. Foi apresentada uma tabela de tábuas e hipóteses com uma comparação entre os anos de 2021 e 2023, que inclui: Taxa de Juros Real (2021 5,44%) (2022 4,98% - Civil Prev. 4,80% - Civil Fin. 4,97% - Militar Prev. 4,81% - Militar Fin.) (2023 4,81% - Civil Prev. 4,64% - Civil Fin. 4,87% - Militar Prev. 4,71% - Militar Fin.), Tábua de Mortalidade (2021 IBGE-2019 por sexo) (2022 IBGE-2020 por sexo) (2023 IBGE-2021 por sexo), Tábua Mortalidade de Inválidos (2021 IBGE-2019 por sexo) (2022 IBGE-2020 por sexo) (2023 IBGE-2021 por sexo), Tábua Entrada em Invalidez (2021 e 2023 Álvaro Vindas), Taxa de Crescimento Salarial (2021 e 2023 1,00%), Taxa de Crescimento Benefício (2021 e 2023 0,00%), Taxa de rotatividade (2021 e 2023 0,00%), Fator de Capacidade (2021 99,16%) (2022 98,44%) (2023 98,55%) e, benefícios a conceder com base na média (a partir de 2004) 80,00% do último salário. Foi apresentado as estatísticas gerais dos Segurados Civis, do Plano Previdenciário, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 72.255.492,34 - Quantidade 10892 - Remuneração Média R\$ 6.633,81. Legislativo - Folha Mensal R\$ 890.646,60 -

Quantidade 108 - Remuneração Média R\$ 8.246,73. Judiciário - Folha Mensal R\$ 6. 733.730,03 - Quantidade 566 - Remuneração Média R\$ 11.897,05. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 3.176.798,42 - Quantidade 125 - Remuneração Média R\$ 25.414,39. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 920.974,94 - Quantidade 48 - Remuneração Média R\$ 19.186,98. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 1.264.706,15 - Quantidade 48 - Remuneração Média R\$ 26.348,04. Estatísticas gerais das Aposentadorias Civas, do Plano Previdenciário, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 383.266,95 - Quantidade 72 - Remuneração Média R\$ 5.323,15. Legislativo - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Judiciário - Folha Mensal R\$ 273.611,89 - Quantidade 11 - Remuneração Média R\$ 24.873,81. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 30.926,39 - Quantidade 1 - Remuneração Média R\$ 30.926,39. Estatísticas gerais dos Pensionistas Civas, do Plano Previdenciário, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 731.019,41 - Quantidade 220 - Remuneração Média R\$ 3.322,82. Legislativo - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Judiciário - Folha Mensal R\$ 79.106,26 - Quantidade 13 - Remuneração Média R\$ 6.085,10. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Durante a apresentação o Atuário Thiago Silveira, destacou que os Professores representam 10,63% dos Servidores Ativos, e os salários dos professores é 23,39% inferior ao das demais carreiras. O sexo feminino representa 57,33% do total de servidores, e a média salarial das mulheres é 16,24% inferior ao dos homens, e tendo uma proporção de 37,18 servidor ativo para cada benefício concedido. E que Folha de Pagamento dos Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representa 1,76% dos salários de contribuição dos Ativos. Foi informado ainda, que a distribuição dos servidores ativos por idade (média) atual é de 42,43 anos. Quanto a distribuição dos servidores ativos por faixa salarial 55,78%, salário médio de contribuição de R\$ 7.231,90. Quanta a idade projetada para entrada em aposentadoria (aposentadorias voluntarias) (média) é de 53,91 anos. Variações nos resultados - Civil - Plano Previdenciário (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 11349; Variação 0; Inativos 29; Variação 0; Pensionistas 107; Variação 0. 2021 Ativos 11669; Variação 2,82%; Inativos 40; Variação 37,93%; Pensionistas 147; Variação 37,38%. 2022 Ativos 11748; Variação 0,68%; Inativos 50; Variação 25,00%; Pensionistas 205; Variação 39,46%. 2023 Ativos 11787; Variação 0,33%; Inativos 84; Variação 68,00%; Pensionistas 233; Variação 13,66%. Variações nos resultados - Civil - Plano Previdenciário (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 5.389,15; Variação 0; Inativos 3.157,45; Variação 0; Pensionistas 2.213,83; Variação 0. 2021 Ativos 5.761,45; Variação 6,91%; Inativos 3.710,31; Variação 17,51%; Pensionistas 2.517,50; Variação 13,72%.

2022 Ativos 5.959,75; Variação 3,44%; Inativos 4.277,84; Variação 15,30%; Pensionistas 3.123,54; Variação 24,07%. 2023 Ativos 7.231,90; Variação 21,35%; Inativos 8.188,16; Variação 91,41%; Pensionistas 3.476,93; Variação 11,31%. Dando continuidade, foi apresentado as estatísticas gerais dos Servidores Militares, do Plano Previdenciário, sendo: Militares na Ativa - Folha Mensal R\$ 19.914.836,98 - Quantidade 2.888 - Remuneração Média R\$ 6.895,72. Reserva/Reforma - Folha Mensal R\$ 290.182,88 - Quantidade 28 - Remuneração Média R\$ 10.363,67. Pensionistas - Folha Mensal R\$ 93.900,16 - Quantidade 31 - Remuneração Média R\$ 3.029,04. Proporção de 48,95 servidor ativo para cada benefício concedido, e a Folha de Pagamento de Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representam 1,93% dos salários de contribuição (Ativos), o sexo feminino representa 32,79% do total de militares na ativa. Variações nos resultados - Militar - Plano Previdenciário (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 2230; Variação 0; Inativos 2; Variação 0; Pensionistas 16; Variação 0. 2021 Ativos 2524; Variação 13,18%; Inativos 7; Variação 250,00%; Pensionistas 20; Variação 25,00%. 2022 Ativos 2768; Variação 9,67%; Inativos 11; Variação 57,14%; Pensionistas 28; Variação 40,00%. 2023 Ativos 2888; Variação 4,34%; Inativos 28; Variação 154,55%; Pensionistas 31; Variação 10,71%. Variações nos resultados - Militar - Plano Previdenciário (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 5.924,49; Variação 0; Inativos 6.847,79; Variação 0; Pensionistas 2.893,69; Variação 0. 2021 Ativos 6.105,12; Variação 3,05%; Inativos 6.940,91; Variação 1,36%; Pensionistas 2.853,84; Variação -1,38%. 2022 Ativos 5.868,10; Variação -3,88%; Inativos 7.082,89; Variação 2,05%; Pensionistas 2.673,30; Variação -6,33%. 2023 Ativos 6.895,72; Variação 17,51%; Inativos 10.363,67; Variação 46,32%; Pensionistas 3.029,04; Variação 13,31%. No Plano Previdenciário, foi apresentado as seguintes provisões matemáticas: Benefícios Concedidos: (2022) Civis R\$ 145.871.376,79, Militares R\$ 29.781.113,76. Benefícios a Conceder: Civis R\$ 1.976.050.906,55, Militares R\$ 687.217.032,52. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 2.121.922.283,34 e Militares R\$ 716.998.146,28. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 1.662.232.509,14 e Militares R\$ 388.694.322,99. Valor do Saldo devedor dos créditos, Civis R\$ 405.202.630,80 e Militares R\$ 160.067.576,62. Resultado Técnico Atuarial, Civis R\$ 54.487.143,40 Militares R\$ 168.236.246,67. No Plano Previdenciário, foi apresentado as seguintes provisões matemáticas: Benefícios Concedidos: (2023) Civis R\$ 259.629.857,11, Militares R\$ 74.850.934,34. Benefícios a Conceder: Civis R\$ 3.089.183.574,84, Militares R\$ 1.113.456.179,29. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 3.348.813.431,95 e Militares R\$ 1.188.307.113,63. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 1.712.318.361,15 e Militares R\$ 372.947.987,69. Valor do Saldo devedor dos créditos, Civis R\$ 921.348.589,93 e Militares R\$ 209.827.322,55. Resultado Técnico Atuarial, Civis R\$ 794.394.958,33 Militares R\$ 524.531.803,39. O juros utilizados no cálculo do Plano Previdenciário Civil foi

de 4,81%, no Militar foi de 4,87% conforme demonstrado. O Atuário ressaltou que quando se tem um resultado deficitário a Portaria MTP nº 1467/2022, nos artigos 55 e 56, determina que tem que se buscar um equilíbrio, para garantir a solvência e liquidez do plano de benefício, a manutenção do nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras e as contribuições no exercício devem ser superior aos juros do saldo do déficit atuarial do exercício. As estatísticas gerais dos Servidores Ativos Civis, do Plano Financeiro, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 59.886.940,30 - Quantidade 7400 - Remuneração Média R\$ 8.092,83. Legislativo - Folha Mensal R\$ 2.201.711,21 - Quantidade 99 - Remuneração Média R\$ 22.239,51. Judiciário - Folha Mensal R\$ 7.468.261,12 - Quantidade 382 - Remuneração Média R\$ 19.550,42. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 4.419.201,45 - Quantidade 137 - Remuneração Média R\$ 32.256,94. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 1.979.856,01 - Quantidade 63 - Remuneração Média R\$ 31.426,29. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0. Estatísticas gerais das Aposentadorias Civis, do Plano Financeiro, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 14.503.457,50 - Quantidade 1486 - Remuneração Média R\$ 9.760,07. Legislativo - Folha Mensal R\$ 483.675,28 - Quantidade 23 - Remuneração Média R\$ 21.029,36. Judiciário - Folha Mensal R\$ 3.044.312,93 - Quantidade 147 - Remuneração Média R\$ 20.709,61. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 179.689,99 - Quantidade 13 - Remuneração Média R\$ 13.822,31. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 282.372,51 - Quantidade 11 - Remuneração Média R\$ 25.670,23. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0. Estatísticas gerais dos Pensionistas Civis, do Plano Financeiro, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 3.430.806,43 - Quantidade 758 - Remuneração Média R\$ 4.526,13. Legislativo - Folha Mensal R\$ 244.411,56 - Quantidade 20 - Remuneração Média R\$ 12.220,58. Judiciário - Folha Mensal R\$ 452.456,94 - Quantidade 45 - Remuneração Média R\$ 10.054,60. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 203.847,24 - Quantidade 19 - Remuneração Média R\$ 10.728,80. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 104.091,46 - Quantidade 11 - Remuneração Média R\$ 9.462,86. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0. No Plano Financeiro os Professores representam 5,96% dos Servidores Ativos, e os seus salários são 18,70% inferior ao das demais carreiras. O sexo feminino representa 59,45% do total de servidores, e na média os salários das mulheres é 14,53% inferior ao dos homens. Totalizando uma proporção de 3,91 servidor ativo para cada benefício concedido, e a Folha de Pagamento dos Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representa 30,19% dos salários de contribuição (Ativos). No que se refere a distribuição dos servidores ativos por idade (média) atual é de 53,11 anos, e quanto a idade (média) na admissão é de 28,57 anos. Quanto a distribuição dos servidores ativos por faixa salarial o salário de contribuição médio é de R\$ 9.399,33, e a idade projetada para entrada em aposentadoria

(média) é de 58,24 anos. As estatísticas gerais dos Servidores Militares, do Plano Financeiro, sendo: Militares na Ativa - Folha Mensal R\$ 13.154.559,63 - Quantidade 1.207 - Remuneração Média R\$ 10.898,56. Reserva/Reforma - Folha Mensal R\$ 8.896.182,61 - Quantidade 711 - Remuneração Média R\$ 12.512,21. Pensionistas - Folha Mensal R\$ 540.328,31 - Quantidade 138 - Remuneração Média R\$ 3.915,42. Proporção de 1,42 servidor ativo para cada benefício concedido, e a Folha de Pagamento de Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representam 71,74% dos salários de contribuição (Ativos). Variações nos resultados - Civil - Plano Financeiro (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 9306; Variação 0; Inativos 606; Variação 0; Pensionistas 643; Variação 0. 2021 Ativos 8847; Variação -4,93%; Inativos 1173; Variação 93,56%; Pensionistas 719; Variação 11,82%. 2022 Ativos 8603; Variação -2,76%; Inativos 1376; Variação 17,31%; Pensionistas 823; Variação 14,46%. 2023 Ativos 8081; Variação -6,07%; Inativos 1680; Variação 22,09%; Pensionistas 853; Variação 3,65%. Variações nos resultados - Civil - Plano Financeiro (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 6.939,44; Variação 0; Inativos 6.179,00; Variação 0; Pensionistas 3.646,82; Variação 0. 2021 Ativos 8.076,45; Variação 16,38%; Inativos 7.867,77; Variação 27,33%; Pensionistas 3.948,05; Variação 8,26%. 2022 Ativos 8.234,17; Variação 1,95%; Inativos 8.025,68; Variação 2,01%; Pensionistas 4.494,35; Variação 13,84%. 2023 Ativos 9.399,33; Variação 14,15%; Inativos 11.008,04; Variação 37,16%; Pensionistas 5.200,02; Variação 15,70%. Variações nos resultados - Militar - Plano Financeiro (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 1898; Variação 0; Inativos 48; Variação 0; Pensionistas 117; Variação 0. 2021 Ativos 1649; Variação -13,12%; Inativos 274; Variação 470,83%; Pensionistas 122; Variação 4,27%. 2022 Ativos 1491; Variação -9,58%; Inativos 455; Variação 66,06%; Pensionistas 136; Variação 11,48%. 2023 Ativos 1207; Variação -19,05%; Inativos 711; Variação 56,26%; Pensionistas 138; Variação 1,47%. Variações nos resultados - Militar - Plano Financeiro (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 8.411,28; Variação 0; Inativos 10.141,38; Variação 0; Pensionistas 2.348,21; Variação 0. 2021 Ativos 9.135,09; Variação 8,61%; Inativos 10.229,69; Variação 0,87%; Pensionistas 2.813,74; Variação 19,82%. 2022 Ativos 9.332,33; Variação 2,16%; Inativos 10.719,61; Variação 4,79%; Pensionistas 3.247,72; Variação 15,42%. 2023 Ativos 10.898,56; Variação 16,78%; Inativos 12.512,21; Variação 16,72%; Pensionistas 3.915,42; Variação 20,56%. No Plano Financeiro as provisões matemáticas, são: Benefícios Concedidos: (2022) Civis R\$ 2.457.425.031,18, Militares R\$ 1.064.028.963,01. Benefícios a conceder: Civis R\$ 8.504.639.461,25, Militares R\$ 1.725.874.621,59. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 10.962.064.492,43 e Militares R\$ 2.789.903.584,60. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 3.892.904.738,00 e Militares R\$ 750.326.575,13. O valor do saldo devedor dos créditos, inclusive envolvendo todos os parcelamentos firmados, Civis R\$ 35.186.291,50 e Militares R\$ 68.092.665,73. No Plano Financeiro as provisões

matemáticas, são: Benefícios Concedidos: (2023) Civis R\$ 3.875.933.500,40 Militares R\$ 1.756.048.344,05. Benefícios a conceder: Civis R\$ 9.783.059.073,59, Militares R\$ 1.666.157.144,02. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 13.658.992.573,99 e Militares R\$ 3.422.205.488,07. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 3.571.680.891,00 e Militares R\$ 777.922.628,90. O valor do saldo devedor dos créditos, inclusive envolvendo todos os parcelamentos firmados, Civis R\$ 1.386.559.630,46 e Militares R\$ 406.165.845,73. Não dá para se falar em amortização do déficit nesse plano, pois não tem mais ingresso de novos segurados, desta forma quando faltar recurso financeiro o Tesouro Estadual é quem caberá realizar os repasses para efetivar esses pagamentos. Quanto as formas de redução do déficit atuarial, o Atuário Thiago Silveira, esclareceu que no Ativo/Patrimônio Constituído deverá ser realizado o aporte de bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para constituição dos fundos. Já no Passivo/Provisão Matemática, deverá melhorar o fluxo de compensação previdenciária, recadastramento, estudo apurado das hipóteses atuariais, concurso público, alteração das regras de elegibilidade (reforma da previdência), implementação do regime de previdência complementar, ressaltando que essas medidas nem sempre reduzem o déficit. Ao concluir a apresentação, o Atuário Thiago Silveira apresentou o Parecer Atuarial, que inclui as seguintes recomendações: Manter o custo normal dos segurados em 14,00%. Manter o custo normal patronal em 14,00% (12,50% + 1,50%). Implementar um plano de equacionamento. Estudar a possibilidade de reforma da previdência. Implementar o SPSM. Análise das hipóteses e melhorar a qualidade da base cadastral (participação efetiva de todos os órgãos). O Atuário Thiago Silveira respondeu a todos os pedidos de esclarecimentos feitos pelos Conselheiros, encerrando sua participação e se colocando à disposição para fornecer mais informações, caso necessário. Após a apresentação, o Presidente Jocildo Lemos informou que a reunião teve como propósito apresentar os resultados da Avaliação Atuarial Anual dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's) do Estado do Amapá. Esses resultados foram devidamente registrados no Relatório da Avaliação Atuarial do ano de 2023, com base no ano de 2022. Esse relatório será fornecido à Diretoria Executiva, ao Conselho Estadual de Previdência, ao Conselho Fiscal da AMPREV, bem como ao Governo do Estado do Amapá e aos Órgãos Constitucionais. Essas informações visam possibilitar o acompanhamento contínuo da solvência e liquidez dos planos de benefícios.

ITEM - 6 - COMUNICAÇÃO DOS (AS) CONSELHEIROS (AS): Não houve manifestação. **ITEM - 7 - COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente **Jocildo Lemos** informou que durante a reunião da Diretoria Executiva da AMPREV, foi aprovado o plano de ação para a realização da 3ª Audiência Pública da Amapá Previdência, prevista para o dia 07 de dezembro de 2023. O objetivo principal da audiência será apresentar um prestação de contas da Amapá Previdência referente aos exercícios de 2022 e 2023, em conformidade

com as metas condicionais no plano de capacitação da Amapá Previdência e no programa de certificação profissional (Pró-Gestão). Na mesma ocasião, foi aprovado o Ato Normativo nº 03, que altera o Ato Normativo nº 004/2022-DIEX/AMPREV para acrescentar a exigência de declaração de inexistência de dependentes preferenciais, nos termos do artigo 14 da Lei nº 0915/2005. Além disso, foi aprovado o Ato Normativo nº 04, que dispõe sobre a elaboração, trâmite e publicação do Relatório de Governança Corporativa da Amapá Previdência. Esse relatório, será elaborado trimestralmente com o apoio da Assessoria de Planejamento da Instituição, e consistirá na prestação de contas da Diretoria Executiva e servirá para consolidar dados destinados ao relatório de gestão submetido anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá. Outra aprovação destacada foi a atualização do Manual de Atribuições dos Servidores do Amapá Previdência, datado anteriormente de 2019. Por fim, o Presidente ressaltou que todos esses atos estão sendo publicados no Diário Oficial do Estado do Amapá e nos portais eletrônicos da AMPREV para garantir total transparência e publicidade. **ITEM - 8 - O QUE OCORRER:** Não houve manifestação. Encerrando os trabalhos, o Presidente Jocildo Silva Lemos expressou seus agradecimentos pela presença de todos, dando por encerrada a reunião às dezessete horas e oito minutos. Para constar, a Secretária, Lusiane Oliveira Flexa, lavrou um presente ata, que será lida, conferida e assinada pelos Conselheiros presentes. Macapá, Amapá, onde de outubro de dois mil e vinte e três.

Jocildo Silva Lemos

Presidente do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá

Luciane Rodrigues Vieira Oliveira

Vice-Presidente do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá

Representante dos Servidores Cíveis Inativos e Pensionistas do Poder Executivo

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular: Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem

Titular: Jesus de Nazaré Almeida Vidal

Titular: Thiago Lima Albuquerque

REPRESENTANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Suplente: Max Herbert Pelaes de Avis

REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Titular: Rayfran Macedo Barroso



Poder Executivo | Imprensa Oficial

Clécio Luís Vilhena Vieira
Governador

Antônio Pinheiro Teles Junior
Vice-Governador

Seção 1 Poder Executivo

Secretarias Extraordinárias

Representação do Amapá em Brasília: Asiel Leite Araújo
Povos Indígenas: Evangelina Sonia dos Santos Jeanjacque
Políticas para a Juventude: Priscila dos Santos Magno

Órgãos Estratégicos de Execução

Gabinete do Governador: Richard Madureira da Silva
Gabinete de Segurança Institucional: CEL PM Elvis Murilo Lau de Azevedo
Controladoria Geral: Nair Mota Dias
Procuradoria Geral: Thiago Lima Albuquerque
Polícia Militar: CEL PM Adilton de Araújo Corrêa
Polícia Civil: Cezar Augusto Vieira
Corpo de Bombeiros: CEL BM Alexandre Veríssimo de Freitas
Polícia Científica: Marcos Aurélio Goes Ferreira

Seção 2 Secretarias de Estado e Adm. Indireta

Administração: Paulo César Lemos de Oliveira
Assistência Social: Aline Paranhos Varonil Gurgel
Compras e Licitações do Amapá:
Desenvolvimento Rural: Kelson de Freitas Vaz
Cultura: Clícia Hoana Vilhena Vieira Di Miceli
Comunicação: Ilziane Launé de Oliveira
Ciência e Tecnologia: Edivan Barros de Andrade
Desporto e Lazer: José Rudney Cunha Nunes
Educação: Sandra Maria Martins Cardoso Casimiro
Fazenda: Jesus de Nazaré Almeida Vidal
Infraestrutura: Jonh David Belique Covre
Meio Ambiente: Taísa Mara Morais Mendonça
Planejamento: Jucinete Carvalho de Alencar - Interina
Desenvolvimento das Cidades: Bruno D'Almeida Gomes dos Santos
Saúde: Silvana Vedovelli
Justiça e Segurança Pública: José Rodrigues de Lima Neto
Transporte: Valdinei Santana Amanajás
Trabalho e Empreendedorismo: Ezequias Costa Ferreira
Turismo: Anne Caroline do Monte Menezes Loo Li
Políticas para Mulheres: Adrianna Socorro Ávila Ramos Segato
Assuntos da Transposição: Anne Chrystiane da Silva Marques
Relações Internacionais e Comércio Exterior: Lucas Abrahão Rosa Cezário de Almeida
Mineração: Jotávio Borges Gomes
Governo e Gestão Estratégica: Jorge da Silva Pires
Mobilização e Participação Popular: Dejalma Espírito Santo Ferreira Teixeira
Bem-Estar Animal: Laudence Ferreira Monteiro
Habitação: Monica Cristina da Silva Dias
Pesca: Francisco Paulo Nogueira de Souza

Autarquias Estaduais e Órgãos Vinculados

Agência Amapá: Jurandil dos Santos Juarez
SIAC-Super Fácil: Renata Apóstolo Santana
EAP: Júlia Sousa Conde
IAPEN: Luiz Carlos Gomes Junior
DETRAN: CAP PM RR Rorinaldo da Silva Gonçalves
DIAGRO: Álvaro Renato Cavalcante da Silva
HEMOAP: Eldren Silva Lage
IEPA: André dos Santos Abdon
IPEM: Cruzete Lobato de Almeida
JUCAP: Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem
PROCON: Matheus Costa Pinto
PRODAP: Cirilo Simões Filho
RDM: Ana Gírlene Dias de Oliveira
RURAP: Dorival da Costa dos Santos
UEAP: Kátia Paulino do Santos
ARSAP: Odival Monterrozo Leite
CREAP: Aline Ribeiro Góes
Amapá Terras: Reneval Tupinambá Conceição Júnior
SVS: Margarete do Socorro Mendonça Gomes

Serviço Social Autônomo

AMPREV: Jocildo Silva Lemos

Fundações Estaduais

FAPEAP: Gutemberg de Vilhena Silva
FCRIA: Luis Eduardo Garcez de Oliveira
Fundação Marabaixo: Josilana da Costa Santos
Fundação de Saúde Amapaense: Gisela Cezimbra Tavares Moraes

Sociedades de Economia Mista

AFAP: Eduardo Braz Barros Ferreira Júnior
CAESA: Jorge Emanuel Amanajás Cardoso
GASAP: Charly Ribeiro Sanches

Seção 3 Outros Poderes, Prefeituras e Particulares

MP: Paulo Celso Ramos dos Santos
ALAP: Alliny Sousa Da Rocha Serrão
TJAP: Adão Carvalho
DPE-AP: José Rodrigues dos Santos Neto
TCE: Michel Houat Harb

Amapá Previdência**RESOLUÇÃO Nº 11/2023-CEP/AP**

O Presidente do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá - CEP/AP, no exercício de suas atribuições legais, com base no inciso VI do art. 13 e inciso II do art. 18, todos do Regimento Interno do CEP/AP, e no art. 103 da Lei nº 0915 de 18 de agosto de 2005, e considerando a deliberação unânime na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá - CEP/AP, para o ano de 2024, conforme a tabela abaixo:

MÊS	DIA DO MÊS	DIA DA SEMANA
Janeiro	09	Terça-feira
Fevereiro	20	Terça-feira
Março	12	Terça-feira
Abril	09	Terça-feira
Maio	14	Terça-feira
Junho	11	Terça-feira
Julho	09	Terça-feira
Agosto	13	Terça-feira
Setembro	10	Terça-feira
Outubro	08	Terça-feira
Novembro	12	Terça-feira
Dezembro	10	Terça-feira

Art. 2º - Em caso de superveniência de fato impeditivo que torne impossível a realização da sessão, esta será remarcada, e a comunicação será feita antecipadamente aos membros do CEP.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 11 de dezembro de 2023.

Jocildo Silva Lemos
Presidente do CEP/AP

Protocolo 39437

RESOLUÇÃO Nº 12/2023-CEP/AP

O Presidente do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá - CEP/AP, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no caput do artigo 102, da Lei Previdenciária Estadual nº 0915/2005, inciso XII, do artigo 3º, inciso VI do artigo 13, e § 2º, II do artigo 18 do Regimento Interno do CEP/AP,

Considerando que o princípio da legalidade não exclui a atuação discricionária do agente público, reconhecendo que a lei não pode prever todos os casos da atuação administrativa.

Considerando que, em determinadas circunstâncias, é viável realizar uma análise de conveniência e oportunidade para escolher a conduta mais adequada ao caso concreto, observando os princípios administrativos, especialmente

os da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Considerando que a Requerente comprovou que seu pedido atende a todos os critérios objetivos e subjetivos da legislação, demonstrando a regularidade no trâmite processual pelos órgãos competentes e a correta apuração dos proventos a serem pagos à beneficiária, o Plenário do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, reunido na 12ª Reunião Ordinária em 07 de dezembro de 2023, com base nos fundamentos apresentados pelo Conselheiro Relator Jackson Rubens de Oliveira.

RESOLVE:

Art. 1º - Conhecer o recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, reconhecendo o direito à concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme pleiteado pela Requerente Angélica Brazão Nunes.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 11 de dezembro de 2023.

Jocildo Silva Lemos
Presidente do CEP/AP

Jackson Rubens de Oliveira
Conselheiro Relator

Protocolo 39438

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO AMAPÁ - CEP/AP - ANO DE 2023 - BIÊNIO DE 2023-2025.

Aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte três, sob a forma híbrida (Presencial e videoconferência através da ferramenta google.meet), às quinze horas e vinte e um minutos, iniciou a **Décima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá**, presidida pelo senhor JOCILDO SILVA LEMOS, que saudou os Conselheiros e demais presentes. Ele também informou que a reunião do Conselho é transmitida ao vivo pelo Canal da Amapá Previdência, através da plataforma YouTube. Essa iniciativa de transmissão ao vivo possibilita que outras pessoas possam acompanhar a reunião em tempo real, mesmo que não estejam presentes fisicamente no local da reunião. A reunião foi gravada em vídeo e áudio pela DINFO/AMPREV. Em seguida, passou a palavra a secretária Lusiane Oliveira Flexa que apresentou o **ITEM - 1 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**: Número quinze de dois mil e vinte três, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, Diretorias, Gerência Administrativa, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria, Controladoria e Auditoria Interna da AMPREV, para fazerem-se presentes nesta na Reunião. **ITEM - 2 - VERIFICAÇÃO DE QUORUM**: Plenário do Conselho Estadual de Previdência Conselheiro Fernando Cezar Pereira da Silva: Vice-Presidente, Conselheira Luciane Rodrigues Vieira Oliveira, presente. Titular: Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem, presente. Titular: Rayfran Macedo Barroso, presente. Titular: Paulo de Santana Vaz,

presente. Titular: Natanael da Silva Miranda, presente. Titular: André Luiz de Souza, presente. Videoconferência: Titular: Jesus de Nazaré Almeida Vidal, presente. Titular: Thiago Lima Albuquerque, presente. Suplente: Max Herbert Pelaes de Avis, presente. Titular: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro, presente. Titular: Jackson Rubens de Oliveira, presente. Titular: Álvaro de Oliveira Corrêa Júnior, presente. Titular: Gláucio Maciel Bezerra, presente. Titular: Rilton César Rocha Montoril, presente. Titular: Michele Teixeira Cavalcante, presente. **ITEM - 3 - JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA**: O Conselheiro Titular Carlos Augusto Tork de Oliveira enviou uma justificativa formal de sua ausência à Secretaria do Conselho Estadual de Previdência (CEP) e sua falta na reunião de hoje foi devidamente abonada. **ITEM - 4 - APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA, EXERCÍCIO DE 2024**: O Presidente Jocildo Lemos comunicou que a proposta inicial do Orçamento do Amapá Previdência para o exercício de 2024 foi enviada oportunamente a todos os membros do CEP. Em seguida, concedo a palavra ao Assessor de Planejamento da Presidência da AMPREV, **José Milton Afonso Gonçalves**, para apresentar a Proposta do Orçamento do Amapá Previdência para o exercício de 2024. O senhor Milton Gonçalves cumprimentou a todos os presentes e esclareceu que fará um resumo da proposta, considerando que o material completo já foi fornecido antecipadamente aos membros do CEP pela Secretaria do Conselho. Ele destacou que a fundamentação legal do Orçamento do Amapá Previdência para o exercício de 2024 baseia-se na Lei Estadual nº 0915/2005 e suas alterações, assim como na Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022. “Quanto ao valor apresentado referente à Receita, ficou em torno de R\$ 1.848.847.286,00, dividido entre o Plano Financeiro (R\$ 1.035.951.208,00) e o Plano Previdenciário (R\$ 821.896.077,00). Esta composição abrange os ingressos financeiros que, teoricamente, têm como único objetivo incontestável o cumprimento das despesas da Unidade Gestora - Amapá Previdência, conforme previsto na legislação vigente. No que diz respeito às Despesas, o montante é de R\$ 1.848.847.286,00, considerando como base o exercício de 2023, que foi de R\$ 2.542.980.455,13. O limite máximo permitido seria de R\$ 50.859.609,10. Para o exercício de 2024, a previsão de execução das despesas administrativas da AMPREV está estimada em R\$ 38.000.000,00, correspondendo a 1,50%. As Despesas para o exercício de 2024 estão distribuídas da seguinte forma: AMPREV Administrativo: Custeio R\$ 19.360.000,00; Investimentos R\$ 2.640.000,00; Pessoal R\$ 16.000.000,00. Plano Financeiro: Cível R\$ 550.050.000,00; Militar R\$ 184.650.000,00. Plano Previdenciário: Cível R\$ 31.515.000,00; Militar R\$ 8.200.000,00. Os totais ficam assim: AMPREV Administrativo R\$ 38.000.000,00; Plano Financeiro R\$ 734.700.000,00; Plano Previdenciário R\$ 39.715.000,00. Sobre as Despesas Administrativas, a evolução nos últimos anos foi a seguinte: 2018 R\$ 22.449.144,00; 2019 R\$ 30.975.116,00; 2020 R\$ 34.136.178,00; 2021 R\$ 38.286.106,00; 2022 R\$ 39.470.000,00; 2023 R\$ 34.340.000,00 e 2024 R\$ 38.000.000,00. Os valores orçados e executados nos últimos seis anos (2018 a 2023) foram: Ano de 2018: Orçado R\$ 22.449.144,00, Executado R\$ 15.132.934,68.

Ano de 2019: Orçado R\$ 30.975.116,00, Executado R\$ 15.864.660,69. Ano de 2020: Orçado R\$ 34.136.178,00, Executado R\$ 17.312.832,74. Ano de 2021: Orçado R\$ 38.286.106,00, Executado R\$ 19.722.630,97. Ano de 2022: Orçado R\$ 39.470.000,00, Executado R\$ 16.715.283,49. Após a apresentação, o Assessor de Planejamento da Presidência, José Milton Afonso, assegurou que a proposta está em conformidade com a legislação vigente e se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas dos Conselheiros. **Registros**: O Conselheiro **Max Avis** indagou ao Presidente Jocildo Lemos sobre a inclusão, na proposta de Orçamento para o exercício de 2024, da previsão para a realização de um concurso público da AMPREV. O Presidente **Jocildo Lemos** esclareceu que, na proposta, não há previsão para o concurso público da AMPREV, destacando que diversos passos ainda precisam ser seguidos. Ele enfatizou a necessidade da efetiva mudança da personalidade jurídica da AMPREV e mencionou que, uma vez obtida a autorização, o concurso público será realizado. O presidente informou que há recursos alocados para pagamento de pessoal, e caso todas as etapas legais sejam cumpridas, esses recursos serão utilizados para cobrir as despesas com pessoal relacionadas ao concurso público. Ele enfatizou que, após a adequação da natureza jurídica, a questão do concurso público será abordada, e haverá recursos disponíveis para suportar as despesas de pessoal para o ano de 2024, seja na contratação como celetista ou estatutário, e independente da natureza jurídica ser Autarquia ou Secretaria de Previdência. Conselheiro **Gláucio Bezerra**, “Eu lembro que no orçamento do ano passado havia uma previsão orçamentária de mais ou menos dez milhões de reais para aquisição de um imóvel, essa previsão se manteve na proposta de orçamento de 2024 ou foi retirada?” O Presidente **Jocildo Lemos** destacou: “Um dos primeiros atos de nossa gestão na Amapá Previdência foi cancelar e arquivar aquela compra. No entanto, passo a palavra ao nosso Assessor para fornecer os esclarecimentos necessários.” O Assessor de Planejamento, **José Milton**, declarou: “Conselheiro, como mencionado pelo Presidente e considerando que a compra não foi efetuada, para a proposta referente ao ano de 2024, essa possibilidade de aquisição não está contemplada.” Conselheiro **Gláucio Bezerra**, “Então mesmo sem a inclusão desses dez milhões de reais para a compra de um eventual imóvel, o orçamento ainda sim cresceu 10% em relação ao ano de 2023, então é isso?” O Assessor de Planejamento, **José Milton**, esclareceu: “Conselheiro, a proposta de aquisição de imóvel não estava prevista no orçamento do ano de 2023, mas sim no ano de 2022.” Conselheiro **Gláucio Bezerra**, “Ah perfeito, entendi”. O Conselheiro **Paulo Vaz** indagou se a proposta apresentada inclui a previsão de expansão da estrutura do Comitê de Investimentos, envolvendo a contratação de assessorias técnicas especializadas em investimentos e o acréscimo de membros para compor o CIAP. O Presidente **Jocildo Lemos** explicou que, no caso específico, ao apresentar a demonstração da execução orçamentária, há recursos definidos para o Comitê de Investimentos, Conselho Estadual de Previdência, Conselho Fiscal e todos os órgãos que compõem a AMPREV. Os recursos estão orçados para 2024, e, se necessário, poderá haver

suplementação para atender às demandas. O foco para 2024 é a recuperação e revitalização do prédio na rua Professor Tostes, esquina com a avenida Antônio Coelho de Carvalho, onde será implantada a sede da Amapá Previdência, visando melhor atendimento aos Conselheiros, colaboradores e, principalmente, aos segurados, aposentados e pensionistas. Em relação ao pessoal, estão buscando regulamentação para aprimorar a composição do Comitê de Investimentos. Esse aspecto ainda está em estudo pela Diretoria Executiva da AMPREV, que busca informações sobre a formação específica do Comitê de Investimentos em outros Institutos de Previdência. Reconhecendo a necessidade de um aparato adequado, considerando os cinco membros no Comitê de Investimentos, o Presidente mencionou que estão em busca da mudança da natureza jurídica da AMPREV para criar uma coordenadoria de investimentos. Atualmente, a AMPREV conta com uma Divisão de Investimentos e Mercado, composta por três pessoas, que acompanham o mercado e fornecem resultados diários ao Comitê. Além disso, o CIAP tem uma Secretária, além do Coordenador. O Presidente assegurou que há recursos destinados especificamente para o CIAP, mas, se necessário, poderá haver suplementação. O Assessor de Planejamento, **José Milton**, dirigiu-se ao Conselheiro Paulo para informar que, atualmente, o orçamento inclui uma ação específica para educação previdenciária. Ele ressaltou que essa alocação de recursos não se limita apenas ao Comitê, mas abrange todos os Colegiados da AMPREV. De maneira objetiva, os recursos são direcionados para iniciativas de educação previdenciária. Além disso, em relação à estrutura física e tecnológica, em colaboração com a Divisão de Informática, há previsão para a aquisição de equipamentos. Essa medida visa expandir, por exemplo, as oportunidades de conhecimento e participação em eventos para todos os Colegiados. O Conselheiro **Álvaro Júnior** indagou se, no âmbito da proposta orçamentária, está contemplada apenas uma adequação da estrutura física ou se trata de uma ampliação para aprimorar o prédio localizado na rua Professor Tostes. Ele mencionou que alguns anos atrás, os Conselheiros realizaram vistorias no imóvel e, naquela época, entenderam que a estrutura existente não seria suficiente para centralizar todos os serviços da AMPREV em um único prédio. O Conselheiro questionou qual é o pensamento da Presidência em relação a essa questão. O Presidente **Jocildo Lemos** respondeu ao Conselheiro, destacando que já foram feitas várias intervenções e comunicados no CEP sobre as ações em andamento. A Assessoria de Engenharia da AMPREV, a pedido da Presidência, realizou um levantamento completo do espaço para elaborar o layout da nova estrutura da AMPREV. Segundo o engenheiro da AMPREV, a nova estrutura abrangerá todos os setores administrativos e de benefícios de maneira satisfatória. O Presidente enfatizou que serão feitas adaptações para garantir um atendimento eficaz, proporcionando melhores condições de acessibilidade e trabalho para os colaboradores da AMPREV. Além disso, isso contribuirá para oferecer atendimentos humanizados aos que procuram os serviços da AMPREV. Ele antecipou que o corpo técnico da AMPREV está trabalhando na instrução do processo de contratação, que será realizado por meio da modalidade

de licitação mais adequada para esse tipo de serviço. Conselheiro **Gláucio Bezerra** "Voltando a reestruturação do Comitê de Investimentos que o senhor Presidente explicou, eu gostaria de solicitar que o Comitê seja ouvido, pelo que eu entendi os estudos para essa reestruturação já começaram, então eu gostaria de solicitar que o Comitê seja ouvido no momento oportuno e que pudesse colaborar eventualmente com a reestruturação dessas atividades". O Presidente **Jocildo Lemos** tranquilizou o Conselheiro Gláucio, afirmando que, naturalmente, à medida que a gestão da AMPREV desenvolva uma abordagem e estratégia de atuação, os atores principais, que são os membros do Comitê de Investimentos, serão convocados. Ele enfatizou que estão trabalhando na formatação do processo e na proposta de como será conduzido. Após essa fase, garantirá a participação dos interessados, assegurando total transparência e disponibilizando todo o material para aqueles que lidam diariamente com essas atividades, não apenas no Comitê de Investimentos, mas também nos outros órgãos colegiados da AMPREV. O Presidente tranquilizou, assegurando que esse procedimento será realizado de forma adequada com a devida transparência e participação de todos os interessados. Após discussão e esclarecimentos da matéria, procedeu-se à votação. **DECISÃO: O Plenário do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, após apresentação e discussão da matéria, a unanimidade, resolve: Aprovar o Orçamento da Amapá Previdência, com vigência para o exercício de 2024, com a composição seguinte. Da Receita: a) Receita - Plano Financeiro - R\$ 1.035.951.209,00 b) Receita - Plano Previdenciário - R\$ 812.896.078,00. Da Despesa: a) Despesas - Administrativo - R\$ 38.000.000,00 b) Despesas - RPPS/RPPM - Financeiro - R\$ 1.019.202.755,00 c) Despesas - RPPS/RPPM - Previdenciário - R\$ 791.644.531,00. ITEM - 5 - APRESENTAÇÃO - AVALIAÇÃO ATUARIAL DO ANO DE 2023, ANO BASE 2022:** O Presidente Jocildo Lemos concedeu a palavra ao Atuário da empresa INOVE, o senhor **Thiago Silveira**, responsável pela elaboração da Avaliação Atuarial da AMPREV para o exercício de 2023. O senhor Thiago cumpriu todos os presentes e esclareceu que sua apresentação se concentrará nos principais pontos estratégicos na Avaliação Atuarial da AMPREV. Além disso, enfatizou que o princípio mais crucial de um Regime Próprio de Previdência Social é o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme estipulado na Emenda Constitucional nº 103/2019 (art. 40): "O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargas efetivas terá caráter contributivo e solidário, por meio da contribuição de retorno ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, de prêmios que preservem o equilíbrio financeiro e atuante." Além disso, saliente-se que os pilares do Cálculo Atuarial são os bancos de dados contendo as informações cadastrais, os quais são trabalhados nas projeções e hipóteses do estudo. Foi apresentada uma tabela de tábuas e hipóteses com uma comparação entre os anos de 2021 e 2023, que inclui: Taxa de Juros Real (2021 5,44%) (2022 4,98% - Civil Prev. 4,80% - Civil Fin. 4,97% - Militar Prev. 4,81% - Militar Fin.) (2023 4,81% - Civil Prev. 4,64% - Civil Fin. 4,87% - Militar Prev. 4,71% - Militar Fin.), Tábua de Mortalidade

(2021 IBGE-2019 por sexo) (2022 IBGE-2020 por sexo) (2023 IBGE-2021 por sexo), Tábua Mortalidade de Inválidos (2021 IBGE-2019 por sexo) (2022 IBGE-2020 por sexo) (2023 IBGE-2021 por sexo), Tábua Entrada em Invalidez (2021 e 2023 Álvaro Vindas), Taxa de Crescimento Salarial (2021 e 2023 1,00%), Taxa de Crescimento Benefício (2021 e 2023 0,00%), Taxa de rotatividade (2021 e 2023 0,00%), Fator de Capacidade (2021 99,16%) (2022 98,44%) (2023 98,55%) e, benefícios a conceder com base na média (a partir de 2004) 80,00% do último salário. Foi apresentado as estatísticas gerais dos Segurados Civis, do Plano Previdenciário, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 72.255.492,34 - Quantidade 10892 - Remuneração Média R\$ 6.633,81. Legislativo - Folha Mensal R\$ 890.646,60 - Quantidade 108 - Remuneração Média R\$ 8.246,73. Judiciário - Folha Mensal R\$ 6.733.730,03 - Quantidade 566 - Remuneração Média R\$ 11.897,05. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 3.176.798,42 - Quantidade 125 - Remuneração Média R\$ 25.414,39. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 920.974,94 - Quantidade 48 - Remuneração Média R\$ 19.186,98. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 1.264.706,15 - Quantidade 48 - Remuneração Média R\$ 26.348,04. Estatísticas gerais das Aposentadorias Civis, do Plano Previdenciário, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 383.266,95 - Quantidade 72 - Remuneração Média R\$ 5.323,15. Legislativo - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Judiciário - Folha Mensal R\$ 273.611,89 - Quantidade 11 - Remuneração Média R\$ 24.873,81. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 30.926,39 - Quantidade 1 - Remuneração Média R\$ 30.926,39. Estatísticas gerais dos Pensionistas Civis, do Plano Previdenciário, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 731.019,41 - Quantidade 220 - Remuneração Média R\$ 3.322,82. Legislativo - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Judiciário - Folha Mensal R\$ 79.106,26 - Quantidade 13 - Remuneração Média R\$ 6.085,10. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0,00 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0,00. Durante a apresentação o Atuário Thiago Silveira, destacou que os Professores representam 10,63% dos Servidores Ativos, e os salários dos professores é 23,39% inferior ao das demais carreiras. O sexo feminino representa 57,33% do total de servidores, e a média salarial das mulheres é 16,24% inferior ao dos homens, e tendo uma proporção de 37,18 servidor ativo para cada benefício concedido. E que Folha de Pagamento dos Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representa 1,76% dos salários de contribuição dos Ativos. Foi informado ainda, que a distribuição dos servidores ativos por idade (média) atual é de 42,43 anos. Quanto a distribuição dos servidores ativos por faixa salarial 55,78%, salário médio de contribuição de R\$ 7.231,90. Quanta a idade projetada para entrada em aposentadoria (aposentadorias voluntárias) (média) é de 53,91 anos. Variações nos resultados - Civil - Plano Previdenciário (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 11349; Variação 0; Inativos 29; Variação 0; Pensionistas 107; Variação 0. 2021 Ativos

11669; Variação 2,82%; Inativos 40; Variação 37,93%; Pensionistas 147; Variação 37,38%. 2022 Ativos 11748; Variação 0,68%; Inativos 50; Variação 25,00%; Pensionistas 205; Variação 39,46%. 2023 Ativos 11787; Variação 0,33%; Inativos 84; Variação 68,00%; Pensionistas 233; Variação 13,66%. Variações nos resultados - Civil - Plano Previdenciário (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 5.389,15; Variação 0; Inativos 3.157,45; Variação 0; Pensionistas 2.213,83; Variação 0. 2021 Ativos 5.761,45; Variação 6,91%; Inativos 3.710,31; Variação 17,51%; Pensionistas 2.517,50; Variação 13,72%. 2022 Ativos 5.959,75; Variação 3,44%; Inativos 4.277,84; Variação 15,30%; Pensionistas 3.123,54; Variação 24,07%. 2023 Ativos 7.231,90; Variação 21,35%; Inativos 8.188,16; Variação 91,41%; Pensionistas 3.476,93; Variação 11,31%. Dando continuidade, foi apresentado as estatísticas gerais dos Servidores Militares, do Plano Previdenciário, sendo: Militares na Ativa - Folha Mensal R\$ 19.914.836,98 - Quantidade 2.888 - Remuneração Média R\$ 6.895,72. Reserva/Reforma - Folha Mensal R\$ 290.182,88 - Quantidade 28 - Remuneração Média R\$ 10.363,67. Pensionistas - Folha Mensal R\$ 93.900,16 - Quantidade 31 - Remuneração Média R\$ 3.029,04. Proporção de 48,95 servidor ativo para cada benefício concedido, e a Folha de Pagamento de Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representam 1,93% dos salários de contribuição (Ativos), o sexo feminino representa 32,79% do total de militares na ativa. Variações nos resultados - Militar - Plano Previdenciário (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 2230; Variação 0; Inativos 2; Variação 0; Pensionistas 16; Variação 0. 2021 Ativos 2524; Variação 13,18%; Inativos 7; Variação 250,00%; Pensionistas 20; Variação 25,00%. 2022 Ativos 2768; Variação 9,67%; Inativos 11; Variação 57,14%; Pensionistas 28; Variação 40,00%. 2023 Ativos 2888; Variação 4,34%; Inativos 28; Variação 154,55%; Pensionistas 31; Variação 10,71%. Variações nos resultados - Militar - Plano Previdenciário (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 5.924,49; Variação 0; Inativos 6.847,79; Variação 0; Pensionistas 2.893,69; Variação 0. 2021 Ativos 6.105,12; Variação 3,05%; Inativos 6.940,91; Variação 1,36%; Pensionistas 2.853,84; Variação -1,38%. 2022 Ativos 5.868,10; Variação -3,88%; Inativos 7.082,89; Variação 2,05%; Pensionistas 2.673,30; Variação -6,33%. 2023 Ativos 6.895,72; Variação 17,51%; Inativos 10.363,67; Variação 46,32%; Pensionistas 3.029,04; Variação 13,31%. No Plano Previdenciário, foi apresentado as seguintes provisões matemáticas: Benefícios Concedidos: (2022) Civis R\$ 145.871.376,79, Militares R\$ 29.781.113,76. Benefícios a Conceder: Civis R\$ 1.976.050.906,55, Militares R\$ 687.217.032,52. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 2.121.922.283,34 e Militares R\$ 716.998.146,28. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 1.662.232.509,14 e Militares R\$ 388.694.322,99. Valor do Saldo devedor dos créditos, Civis R\$ 405.202.630,80 e Militares R\$ 160.067.576,62. Resultado Técnico Atuarial, Civis R\$ 54.487.143,40 Militares R\$ 168.236.246,67. No Plano Previdenciário, foi apresentado as seguintes provisões matemáticas: Benefícios Concedidos: (2023) Civis R\$ 259.629.857,11, Militares R\$ 74.850.934,34. Benefícios a Conceder: Civis R\$

3.089.183.574,84, Militares R\$ 1.113.456.179,29. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 3.348.813.431,95 e Militares R\$ 1.188.307.113,63. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 1.712.318.361,15 e Militares R\$ 372.947.987,69. Valor do Saldo devedor dos créditos, Civis R\$ 921.348.589,93 e Militares R\$ 209.827.322,55. Resultado Técnico Atuarial, Civis R\$ 794.394.958,33 Militares R\$ 524.531.803,39. O juros utilizados no cálculo do Plano Previdenciário Civil foi de 4,81%, no Militar foi de 4,87% conforme demonstrado. O Atuário ressaltou que quando se tem um resultado deficitário a Portaria MTP nº 1467/2022, nos artigos 55 e 56, determina que tem que se buscar um equilíbrio, para garantir a solvência e liquidez do plano de benefício, a manutenção do nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com as suas obrigações futuras e as contribuições no exercício devem ser superior aos juros do saldo do déficit atuarial do exercício. As estatísticas gerais dos Servidores Ativos Civis, do Plano Financeiro, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 59.886.940,30 - Quantidade 7400 - Remuneração Média R\$ 8.092,83. Legislativo - Folha Mensal R\$ 2.201.711,21 - Quantidade 99 - Remuneração Média R\$ 22.239,51. Judiciário - Folha Mensal R\$ 7.468.261,12 - Quantidade 382 - Remuneração Média R\$ 19.550,42. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 4.419.201,45 - Quantidade 137 - Remuneração Média R\$ 32.256,94. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 1.979.856,01 - Quantidade 63 - Remuneração Média R\$ 31.426,29. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0. Estatísticas gerais das Aposentadorias Civis, do Plano Financeiro, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 14.503.457,50 - Quantidade 1486 - Remuneração Média R\$ 9.760,07. Legislativo - Folha Mensal R\$ 483.675,28 - Quantidade 23 - Remuneração Média R\$ 21.029,36. Judiciário - Folha Mensal R\$ 3.044.312,93 - Quantidade 147 - Remuneração Média R\$ 20.709,61. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 179.689,99 - Quantidade 13 - Remuneração Média R\$ 13.822,31. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 282.372,51 - Quantidade 11 - Remuneração Média R\$ 25.670,23. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0. Estatísticas gerais dos Pensionistas Civis, do Plano Financeiro, sendo: Executivo - Folha Mensal R\$ 3.430.806,43 - Quantidade 758 - Remuneração Média R\$ 4.526,13. Legislativo - Folha Mensal R\$ 244.411,56 - Quantidade 20 - Remuneração Média R\$ 12.220,58. Judiciário - Folha Mensal R\$ 452.456,94 - Quantidade 45 - Remuneração Média R\$ 10.054,60. Ministério Público - Folha Mensal R\$ 203.847,24 - Quantidade 19 - Remuneração Média R\$ 10.728,80. Tribunal de Contas - Folha Mensal R\$ 104.091,46 - Quantidade 11 - Remuneração Média R\$ 9.462,86. Defensoria Pública - Folha Mensal R\$ 0 - Quantidade 0 - Remuneração Média R\$ 0. No Plano Financeiro os Professores representam 5,96% dos Servidores Ativos, e os seus salários são 18,70% inferior ao das demais carreiras. O sexo feminino representa 59,45% do total de servidores, e na média os salários das mulheres é 14,53% inferior ao dos homens. Totalizando uma proporção de 3,91 servidor ativo para cada benefício concedido, e a Folha de Pagamento dos Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representa

30,19% dos salários de contribuição (Ativos). No que se refere a distribuição dos servidores ativos por idade (média) atual é de 53,11 anos, e quanto a idade (média) na admissão é de 28,57 anos. Quanto a distribuição dos servidores ativos por faixa salarial o salário de contribuição médio é de R\$ 9.399,33, e a idade projetada para entrada em aposentadoria (média) é de 58,24 anos. As estatísticas gerais dos Servidores Militares, do Plano Financeiro, sendo: Militares na Ativa - Folha Mensal R\$ 13.154.559,63 - Quantidade 1.207 - Remuneração Média R\$ 10.898,56. Reserva/Reforma - Folha Mensal R\$ 8.896.182,61 - Quantidade 711 - Remuneração Média R\$ 12.512,21. Pensionistas - Folha Mensal R\$ 540.328,31 - Quantidade 138 - Remuneração Média R\$ 3.915,42. Proporção de 1,42 servidor ativo para cada benefício concedido, e a Folha de Pagamento de Benefícios Concedidos (Aposentados e Pensionistas) representam 71,74% dos salários de contribuição (Ativos). Variações nos resultados - Civil - Plano Financeiro (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 9306; Variação 0; Inativos 606; Variação 0; Pensionistas 643; Variação 0. 2021 Ativos 8847; Variação -4,93%; Inativos 1173; Variação 93,56%; Pensionistas 719; Variação 11,82%. 2022 Ativos 8603; Variação -2,76%; Inativos 1376; Variação 17,31%; Pensionistas 823; Variação 14,46%. 2023 Ativos 8081; Variação -6,07%; Inativos 1680; Variação 22,09%; Pensionistas 853; Variação 3,65%. Variações nos resultados - Civil - Plano Financeiro (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 6.939,44; Variação 0; Inativos 6.179,00; Variação 0; Pensionistas 3.646,82; Variação 0. 2021 Ativos 8.076,45; Variação 16,38%; Inativos 7.867,77; Variação 27,33%; Pensionistas 3.948,05; Variação 8,26%. 2022 Ativos 8.234,17; Variação 1,95%; Inativos 8.025,68; Variação 2,01%; Pensionistas 4.494,35; Variação 13,84%. 2023 Ativos 9.399,33; Variação 14,15%; Inativos 11.008,04; Variação 37,16%; Pensionistas 5.200,02; Variação 15,70%. Variações nos resultados - Militar - Plano Financeiro (Quantitativo de Participantes): 2020 Ativos 1898; Variação 0; Inativos 48; Variação 0; Pensionistas 117; Variação 0. 2021 Ativos 1649; Variação -13,12%; Inativos 274; Variação 470,83%; Pensionistas 122; Variação 4,27%. 2022 Ativos 1491; Variação -9,58%; Inativos 455; Variação 66,06%; Pensionistas 136; Variação 11,48%. 2023 Ativos 1207; Variação -19,05%; Inativos 711; Variação 56,26%; Pensionistas 138; Variação 1,47%. Variações nos resultados - Militar - Plano Financeiro (Salários e Benefícios Médios): 2020 Ativos 8.411,28; Variação 0; Inativos 10.141,38; Variação 0; Pensionistas 2.348,21; Variação 0. 2021 Ativos 9.135,09; Variação 8,61%; Inativos 10.229,69; Variação 0,87%; Pensionistas 2.813,74; Variação 19,82%. 2022 Ativos 9.332,33; Variação 2,16%; Inativos 10.719,61; Variação 4,79%; Pensionistas 3.247,72; Variação 15,42%. 2023 Ativos 10.898,56; Variação 16,78%; Inativos 12.512,21; Variação 16,72%; Pensionistas 3.915,42; Variação 20,56%. No Plano Financeiro as provisões matemáticas, são: Benefícios Concedidos: (2022) Civis R\$ 2.457.425.031,18, Militares R\$ 1.064.028.963,01. Benefícios a conceder: Civis R\$ 8.504.639.461,25, Militares R\$ 1.725.874.621,59. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 10.962.064.492,43 e Militares R\$ 2.789.903.584,60. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 3.892.904.738,00 e

Militares R\$ 750.326.575,13. O valor do saldo devedor dos créditos, inclusive envolvendo todos os parcelamentos firmados, Civis R\$ 35.186.291,50 e Militares R\$ 68.092.665,73. No Plano Financeiro as provisões matemáticas, são: Benefícios Concedidos: (2023) Civis R\$ 3.875.933.500,40 Militares R\$ 1.756.048.344,05. Benefícios a conceder: Civis R\$ 9.783.059.073,59, Militares R\$ 1.666.157.144,02. Provisões Matemáticas somando os Benefícios Concedidos e a Conceder: Civis R\$ 13.658.992.573,99 e Militares R\$ 3.422.205.488,07. Ativo Financeiro do Plano: Civis R\$ 3.571.680.891,00 e Militares R\$ 777.922.628,90. O valor do saldo devedor dos créditos, inclusive envolvendo todos os parcelamentos firmados, Civis R\$ 1.386.559.630,46 e Militares R\$ 406.165.845,73. Não dá para se falar em amortização do déficit nesse plano, pois não tem mais ingresso de novos segurados, desta forma quando faltar recurso financeiro o Tesouro Estadual é quem caberá realizar os repasses para efetivar esses pagamentos. Quanto as formas de redução do déficit atuarial, o Atuário Thiago Silveira, esclareceu que no Ativo/Patrimônio Constituído deverá ser realizado o aporte de bens, direitos e demais ativos de qualquer natureza para constituição dos fundos. Já no Passivo/Provisão Matemática, deverá melhorar o fluxo de compensação previdenciária, recadastramento, estudo apurado das hipóteses atuariais, concurso público, alteração das regras de elegibilidade (reforma da previdência), implementação do regime de previdência complementar, ressaltando que essas medidas nem sempre reduzem o déficit. Ao concluir a apresentação, o Atuário Thiago Silveira apresentou o Parecer Atuarial, que inclui as seguintes recomendações: Manter o custo normal dos segurados em 14,00%. Manter o custo normal patronal em 14,00% (12,50% + 1,50%). Implementar um plano de equacionamento. Estudar a possibilidade de reforma da previdência. Implementar o SPSM. Análise das hipóteses e melhorar a qualidade da base cadastral (participação efetiva de todos os órgãos). O Atuário Thiago Silveira respondeu a todos os pedidos de esclarecimentos feitos pelos Conselheiros, encerrando sua participação e se colocando à disposição para fornecer mais informações, caso necessário. Após a apresentação, o Presidente Jocildo Lemos informou que a reunião teve como propósito apresentar os resultados da Avaliação Atuarial Anual dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's) do Estado do Amapá. Esses resultados foram devidamente registrados no Relatório da Avaliação Atuarial do ano de 2023, com base no ano de 2022. Esse relatório será fornecido à Diretoria Executiva, ao Conselho Estadual de Previdência, ao Conselho Fiscal da AMPREV, bem como ao Governo do Estado do Amapá e aos Órgãos Constitucionais. Essas informações visam possibilitar o acompanhamento contínuo da solvência e liquidez dos planos de benefícios. **ITEM - 6 - COMUNICAÇÃO DOS (AS) CONSELHEIROS (AS):** Não houve manifestação.

Parte superior do formulário

ITEM - 7 - COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA: O Presidente **Jocildo Lemos** informou que durante a reunião da Diretoria Executiva da AMPREV, foi aprovado o plano de ação para a realização da 3ª Audiência Pública da Amapá Previdência, prevista para o dia 07 de dezembro de 2023. O objetivo principal da audiência será apresentar

um prestação de contas da Amapá Previdência referente aos exercícios de 2022 e 2023, em conformidade com as metas condicionais no plano de capacitação da Amapá Previdência e no programa de certificação profissional (Pró-Gestão). Na mesma ocasião, foi aprovado o Ato Normativo nº 03, que altera o Ato Normativo nº 004/2022-DIEX/AMPREV para acrescentar a exigência de declaração de inexistência de dependentes preferenciais, nos termos do artigo 14 da Lei nº 0915/2005. Além disso, foi aprovado o Ato Normativo nº 04, que dispõe sobre a elaboração trâmite e publicação do Relatório de Governança Corporativa da Amapá Previdência. Esse relatório, será elaborado trimestralmente com o apoio da Assessoria de Planejamento da Instituição, e consistirá na prestação de contas da Diretoria Executiva e servirá para consolidar dados destinados ao relatório de gestão submetido anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá. Outra aprovação destacada foi a atualização do Manual de Atribuições dos Servidores do Amapá Previdência, datado anteriormente de 2019. Por fim, o Presidente ressaltou que todos esses atos estão sendo publicados no Diário Oficial do Estado do Amapá e nos portais eletrônicos da AMPREV para garantir total transparência e publicidade. **ITEM - 8 - O QUE OCORRER:** Não houve manifestação. Encerrando os trabalhos, o Presidente Jocildo Silva Lemos expressou seus agradecimentos pela presença de todos, dando por encerrada a reunião às dezessete horas e oito minutos. Para constar, a Secretária, Lusiane Oliveira Flexa, lavrou um presente ata, que será lida, conferida e assinada pelos Conselheiros presentes. Macapá, Amapá, onde de outubro de dois mil e vinte e três.

Jocildo Silva Lemos
Presidente do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá

Luciane Rodrigues Vieira Oliveira
Vice-Presidente do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá

Representante dos Servidores Civis Inativos e Pensionistas do Poder Executivo

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
Titular: Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem
Titular: Jesus de Nazaré Almeida Vidal
Titular: Thiago Lima Albuquerque

REPRESENTANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Suplente: Max Herbert Pelaes de Avis

REPRESENTANTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Titular: Rayfran Macedo Barroso

REPRESENTANTE DO TRIBUNAL DE CONTAS
Titular: Paulo de Santana Vaz

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Titular: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, SENDO:

DOS SERVIDORES CIVIS

Titular: Jackson Rubens de Oliveira

DOS SERVIDORES MILITARES ATIVOS

Titular: Natanael da Silva Miranda

DOS SERVIDORES MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS

Titular: Álvaro de Oliveira Corrêa Júnior

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO

Titular: Gláucio Maciel Bezerra

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Titular: Rilton César Rocha Montoril

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Titular: Michele Teixeira Cavalcante

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Titular: André Luiz de Souza

Lusiane Oliveira Flexa

Secretária do Conselho Estadual de Previdência

Protocolo 39404

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO AMAPÁ - CEP/AP - ANO DE 2023 - BIÊNIO DE 2023-2025.

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte três, sob a forma híbrida (Presencial e videoconferência através da ferramenta google.meet), às quinze horas e vinte minutos, iniciou a **Sexta Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá**, presidida pelo senhor JOCILDO SILVA LEMOS, que saudou os Conselheiros e demais presentes. Ele também informou que a reunião do Conselho é transmitida ao vivo pelo Canal da Amapá Previdência, através da plataforma YouTube. Essa iniciativa de transmissão ao vivo possibilita que outras pessoas possam acompanhar a reunião em tempo real, mesmo que não estejam presentes fisicamente no local da reunião. A reunião foi gravada em vídeo e áudio pela DINFO/AMPREV. Em seguida, passou a palavra a secretária Lusiane Oliveira Flexa que apresentou o **ITEM - 1 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**: Número dezesseis de dois mil e vinte três, o qual convoca os membros do Conselho Estadual de Previdência do Estado do Amapá, Diretorias, Gerência Administrativa, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria, Controladoria e Auditoria Interna da AMPREV, para fazerem-se presentes nesta na Reunião. **ITEM - 2 - VERIFICAÇÃO DE QUORUM**: Plenário do Conselho Estadual de Previdência Conselheiro Fernando Cezar Pereira da Silva: Titular: Carlos Augusto Tork de Oliveira, presente. Titular: Rayfran Macedo Barroso, presente. Titular: Paulo de Santana Vaz, presente. Suplente: Rommel Carvalho de Brito, presente. Titular: Natanael da

Silva Miranda, presente. Titular: Michele Teixeira Cavalcante, presente. Titular: André Luiz de Souza, presente. Videoconferência: Vice-Presidente, Conselheira Luciane Rodrigues Vieira Oliveira, presente. Titular: Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem, presente. Titular: Jesus de Nazaré Almeida Vidal, presente. Titular: Thiago Lima Albuquerque, presente. Titular: Alexandre Flávio Medeiros Monteiro, presente. Titular: Álvaro de Oliveira Corrêa Júnior, presente. Titular: Gláucio Maciel Bezerra, presente. Suplente: Elinelson de Souza Figueiredo, presente. **ITEM - 3 - JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA**: Os Conselheiros Titulares Jackson Rubens de Oliveira e Rilton César Rocha Montoril, enviaram justificativas formais de suas ausências à Secretaria do Conselho Estadual de Previdência (CEP) e suas faltas na reunião de hoje foram devidamente abonadas. **ITEM - 4 - DELIBERAÇÃO - PROCESSO Nº 2022.04.0767P - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REQUERENTE ROBERTO JORGE FERNANDES. CONSELHEIRA RELATORA MICHELE TEIXEIRA CAVALCANTE. PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA**: O Presidente Jocildo Lemos concedeu a palavra ao Conselheiro **Carlos Augusto Tork de Oliveira**, cuja apresentação teve início com cordiais cumprimentos a todos os presentes. Posteriormente, deu início à exposição de seu Voto, nos seguintes termos: "Trata-se de recurso administrativo contra decisão que indeferiu o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição realizado por Roberto Jorge Fernandes ocupante do cargo de professor. Afirma que seu pedido foi indeferido, porquanto não reconhecidas como atividades de magistério aquelas realizadas no período entre 16 de março de 1999 e 09 de maio de 2022. Entretanto, as atividades de magistério englobam "a preparação de aulas, correção de provas, atendimento aos pais e alunos, coordenação pedagógica, assessoramento pedagógico e direção escolar" nos termos da ADI 3772, da Lei Federal nº 11.301/2006 e da Lei Estadual nº 949/2005. Aduz que as atividades desempenhadas quando Chefe da Divisão de Ensino Médio e Gerente do Projeto de Implantação dos Centros de Educação Profissional do Amapá são atividades de magistério. Requer o provimento do recurso para que seja deferida a sua aposentadoria. A Relatora indefere o pedido e ressalta que "o servidor não preencheu os requisitos Constitucionais e Legais de tempo de efetivo exercício na função de magistério, em estabelecimento de ensino". O indeferimento do pleito decorreu do fato de que "o segurado exerceu suas atividades em estabelecimento de ensino, porém no período de 26/03/1999 a 09/05/2002, o interessado exerceu o cargo em comissão de chefe da divisão de ensino médio da Secretaria de Estado da Educação e gerente do projeto "implantação dos centros de educação profissional do Amapá" também da SEED" (trecho extraído do Parecer Jurídico nº 546/2023). E prevaleceu o entendimento no sentido de que as atividades desenvolvidas nesse período não estão abrangidas no conceito de atividade de magistério. De acordo com as declarações expedidas pela Secretaria de Estado de Educação, no Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Ensino Médio, o requerente exerceu atividades de: a) Planejamento Estratégico Educacional de Gerenciamento da Rede de Escolas de Ensino Médio do Amapá; b)